



CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE

Rua Princesa Isabel, 410 – Boa Vista – Recife – Pernambuco

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PARECER CFO N° 21/2024 AO PLE N° 21/2024

Da COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO sobre o **Projeto de Lei do Executivo (PLE) n° 21/2024**, que dispõe sobre a doação de imóveis no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida - Entidades (MCMV-Entidades), regulamentado pela Instrução Normativa N° 28, de 4 de julho de 2023, e dá outras providências; pela **APROVAÇÃO, com Emendas da Relatoria.**

RELATOR: Vereador **SAMUEL SALAZAR**

I – RELATÓRIO

A **Comissão de Finanças e Orçamento** recebeu, para análise e emissão de parecer, o Projeto de Lei do Executivo n° 21/2024, nos termos do Art. 113 do Regimento Interno da Câmara Municipal do Recife.

A Proposição, em síntese, dispõe sobre a doação de imóveis no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida - Entidades (MCMV-Entidades), regulamentado pela Instrução Normativa N° 28, de 4 de julho de 2023, e dá outras providências. Em sua justificativa, o Chefe do Poder Executivo Municipal esclarece que:

“(…) Nesse sentido, cumpre esclarecermos que a presente proposta objetiva obter autorização para a doação de imóvel municipal para entidade sem fins lucrativos, conforme as diretrizes contidas na Lei





CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE

Rua Princesa Isabel, 410 – Boa Vista – Recife – Pernambuco

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

Municipal nº 19.169, de 21 de dezembro de 2023, que instituiu o Programa Municipal de Subsídio à Habitação de Interesse Social – PMSHIS, e com o regramento do Programa Minha Casa, Minha Vida – Entidades (PMCMV-Entidades), estabelecido pela Instrução Normativa Nº 28, de 4 de julho de 2023.

O PMCMV-Entidades é extremamente relevante no âmbito da Política Nacional de Habitação, representando um financiamento subsidiado a pessoas físicas, organizadas sob a forma associativa, para a produção de unidades habitacionais destinadas a famílias residentes em áreas urbanas. (...).”.

A Proposição foi apresentada na reunião plenária do dia 25/06/2024, em regime de URGÊNCIA, consoante o art. 32 da Lei Orgânica do Município do Recife (LOMR). Quanto em pauta, nos termos regimentais, a proposta teve o prazo para recebimento de emendas dispensado.

Vem, agora, à **Comissão de Finanças e Orçamento** para ser apreciado em seus aspectos constitucionais, legais e jurídicos (art. 287, I, “b” do RICMR).

II – VOTO

A propositura visa dispor sobre a doação de imóveis no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida - Entidades (MCMV-Entidades), regulamentado pela Instrução Normativa Nº 28, de 4 de julho de 2023.

Por sua vez, a competência do Município para legislar sobre a matéria encontra respaldo no artigo 30, incisos I e II, da Constituição Federal de 1988, e no artigo 6º, inciso I, da Lei Orgânica do Município do Recife - LOMR. Vejamos:

“Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;





CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE

Rua Princesa Isabel, 410 – Boa Vista – Recife – Pernambuco

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

II - complementar a legislação federal e a estadual no que couber”

“Art. 6º - Compete ao Município:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;”.

A matéria está fundamentada, também, nos artigos 26 e 27, ambos inseridos na mesma Lei Orgânica, respectivamente:

“Art. 26 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe ao Prefeito, a qualquer membro ou comissão da Câmara Municipal e aos cidadãos, mediante iniciativa popular, observado o disposto nesta Lei Orgânica. (alterado pela Emenda nº 21/07)”.

“Art. 27 - Compete privativamente ao Prefeito a iniciativa dos projetos de lei que disponham sobre:

[...]

IV - matéria orçamentária.”.

Contudo, no intuito de adequar a Proposição aos seus propósitos, tornando a redação mais clara e visando conferir mais eficácia e efetividade à matéria proposta, com fundamento no Inciso III, do art. 104 do Regimento Interno da Câmara Municipal do Recife - RICMR, propõe-se as seguintes Emendas Modificativas ao Projeto de Lei Executivo nº 21/2024:

EMENDA MODIFICATIVA Nº 01 AO PLE Nº 21/2024:

Ementa: Modifica a redação do artigo 1º do PLE nº 21/2024.

Art. 1º Altere-se o artigo 1º do PLE nº 21/2024, que passa a ter a seguinte redação:





CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE

Rua Princesa Isabel, 410 – Boa Vista – Recife – Pernambuco

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

“Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, objetivando promover a implantação de moradias destinadas às famílias com renda mensal da faixa 1 no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida - Entidades (MCMV-Entidades), autorizado a alienar à Entidade Organizadora (EO) o Centro de Pesquisa Formação e Desenvolvimento Feminista (CE Feminista), inscrito no CNPJ/MF sob o nº 11.823.783/0001-20, habilitado junto ao Ministério das Cidades para fins de execução de projetos habitacionais no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida - Entidades (MCMV-Entidades), sob a forma de doação não onerosa, de 03 (três) imóveis de sua propriedade, sendo:

I - 01 (um) imóvel na Rua da Linha, nº 120, bairro do Passarinho, com área de 6.062,42m²; e

II - 02 (dois) imóveis na Av. Maurício de Nassau, s/n, bairro do Cordeiro, com área de 7.214,35m² e 7.101,34m². ”.

EMENDA MODIFICATIVA Nº 02 AO PLE Nº 21/2024:

Ementa: Modifica a redação do artigo 2º do PLE nº 21/2024.

Art. 1º Altere-se o artigo 2º do PLE nº 21/2024, que passa a ter a seguinte redação:

“Art. 2º A Entidade Organizadora receberá os seguintes imóveis, conforme indicado no art. 1º:

I - 01 (um) imóvel na Rua da Linha, nº120, bairro do Passarinho, com área de 6.062,42m², cadastrado na matrícula imobiliária de nº 26.83, perante o 3º Cartório de Registro de Imóveis do Recife; e





CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE

Rua Princesa Isabel, 410 – Boa Vista – Recife – Pernambuco

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

II - 02 (dois) imóveis na Av. Maurício de Nassau, s/n, bairro do Cordeiro, sendo 01 (um) imóvel com área de 7.214,35m², com a seguinte descrição:

a) o primeiro imóvel na Quadra D, Lote 08, matrícula imobiliária de nº 14.157; Lote 07, matrícula imobiliária de nº 14.156; Lote 05, matrícula imobiliária de nº 14.154; Lote 06, matrícula imobiliária de nº 14.155; Lote 04, matrícula imobiliária de nº 14.153; Lote 03, matrícula imobiliária de nº 14.152; Lote 02, matrícula imobiliária de nº 14.151; Lote 01, matrícula imobiliária de nº 14.150, todos perante o 4º Cartório de Registro de Imóveis do Recife; Quadra C, Lote 04, transcrição imobiliária de nº 14.445, registrado no 1º Cartório de Registro de Imóveis do Recife; Lote 06, transcrição imobiliária de nº 14.445, registrado no 1º Cartório de Registro de Imóveis do Recife; Lote 08, matrícula imobiliária de nº 14.160, registrado no 4º Cartório de Registro de Imóveis do Recife; e

b) a outra unidade de imóvel com área de 7.101,34m², com a seguinte descrição: Quadra D, Lote 04, matrícula imobiliária de nº 14.153; Lote 03, matrícula imobiliária de nº 14.152; Lote 02, matrícula imobiliária de nº 14.151; Lote 01, matrícula imobiliária de nº 14.150, todos perante o 4º Cartório de Registro de Imóveis do Recife; Quadra C, Lote 04, transcrição imobiliária de nº 14.445, registrado no 1º Cartório de Registro de Imóveis do Recife; Quadra S, Lote 03-A, matrícula imobiliária de nº 70.805, no 4º Cartório de Registro de Imóveis do Recife.”.

Portanto, conclui-se que a Carta Magna conferiu aos municípios natureza de ente federativo autônomo, dotado de capacidade de auto-organização, autolegislação, autogoverno e autoadministração, com a condição de que não violem o texto constitucional. Neste sentido, depreende-se que a Iniciativa pode ser enxergada como uma expressão do princípio da eficiência na administração pública, previsto pelo art. 37 da CF/88.





CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE

Rua Princesa Isabel, 410 – Boa Vista – Recife – Pernambuco

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

Assim, tem-se que o Projeto de Lei nº 21/2024 atende ao interesse local, conforme o disposto no art. 30, I, da CF/88. Além disso, encontra-se regular quanto aos seus aspectos legais, sob o ponto de vista da iniciativa pelo Poder Executivo Municipal, inexistindo qualquer impeditivo constitucional ou legal para a tramitação. Dessa forma, opino pela APROVAÇÃO do PLE nº 21/2024, com as Emendas de Relatoria nºs 01 e 02.

Recife, 26 de junho de 2024.

SAMUEL SALAZAR

Relator





CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE

Rua Princesa Isabel, 410 – Boa Vista – Recife – Pernambuco

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

III – CONCLUSÃO DA COMISSÃO

Do exposto, opina a **Comissão de Finanças e Orçamento** pela **APROVAÇÃO** do PLE nº 21/2024, com as **Emendas de Relatoria nºs 01 e 02**.

Sala das Comissões da Câmara Municipal do Recife, de de 2024.

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

SAMUEL SALAZAR

Presidente

ADERALDO PINTO
Vice-presidente

MARCO AURELIO FILHO
Membro Efetivo

OSMAR RICARDO
Membro Efetivo

ALCIDES CARDOSO
Membro Efetivo

JAIRO BRITO
Membro Suplente

JOSELITO FERREIRA
Membro Suplente

CHICO KIKO
Membro Suplente

